



PRECISAMOS DE MAIS TEMPO

O engenheiro Fábio Villas Boas, coordenador da Comissão de Estudos de revisão da NBR 15.575, explica por que foi solicitada nova extensão de prazo para a exigibilidade da norma e fala das mudanças do novo texto, que agora se aplicará a edifícios com qualquer número de pavimentos, em vez de cinco, como era antes proposto.

Ao assumir a coordenação da Comissão de Estudos de revisão da NBR 15.575 - Norma de Desempenho, em janeiro de 2011, o engenheiro e diretor executivo técnico da Tecnisa Fábio Villas Boas tinha a tarefa de conduzir os trabalhos para atender o prazo de exigibilidade em março de 2012, já contando os seis meses de carência para a adaptação do setor. Mas não é o que irá ocorrer. No final de dezembro passado foi solicitado adiamento de prazo, que, se aprovado pela ABNT, após 60 dias em consulta pública, levará a exigibilidade para março de 2013. Nesta entrevista a Cida Paiva, Villas Boas explica por que foi solicitada essa mudança, as alterações mais importantes realizadas pelos grupos de estudo no último ano e o que elas representam para o setor.

POR QUE FOI SOLICITADA À ABNT NOVA EXTENSÃO DE PRAZO PARA EXIGIBILIDADE DA NBR 15.575?

Porque a comissão não conseguiu terminar os estudos. Apesar de todas as reuniões não se chegou a um consenso. O texto não está pronto para a publicação. A programação é que a gente consiga isso provavelmente na última semana de fevereiro, ou na primeira semana de março de 2012.

EM QUAIS ÁREAS AINDA NÃO FORAM CONCLUÍDOS OS ESTUDOS?

Os grupos de estudo de pisos, estrutura e a parte 1 ainda não concluíram. O grupo de estudos de coberturas, hidrossanitárias e vedações verticais já concluíram. Mas a parte 1 - Requisitos Gerais tem influência em todas as outras. E se alguma coisa mudar na parte 1, talvez seja necessário mudar em outras partes também.

QUAIS OS MOTIVOS QUE LEVARAM A COMISSÃO A NÃO CONCLUIR OS ESTUDOS, UMA VEZ QUE JÁ HAVIA OCORRIDO UMA EXTENSÃO DE PRAZO PARA EXIGIBILIDADE DA NORMA?

Quando foi solicitada a primeira prorrogação, pelo período de 15 meses, entendeu-se que teria um período de cerca de seis meses nos trâmites da ABNT. E isso não tem a ver com os estudos. É simplesmente burocracia. Havia também os seis meses para a carência, a partir da data em que ocorresse a publicação, para que as pessoas se adaptassem ao novo texto. Portanto, dos 15 meses, 12 já estavam gastos com isso, restando para os estudos de revisão três meses. Naquela época, setembro de 2010, havia uma planilha avaliada pelo antigo coordenador, com

cerca de cento e poucas sugestões. Em outubro foi feita a consulta pública; optou-se pela postergação e em dezembro eu fui convidado a assumir a coordenação no lugar do Carlos Borges, que pediu afastamento. Logo na primeira reunião, em janeiro de 2011, fizemos uma reavaliação, determinamos os grupos de trabalho, pois a norma está dividida em seis partes, e montamos um cronograma para atender àquelas demandas. Decidiu-se também nessa mesma reunião plenária, na ABNT, que abriríamos até o final do mês para eventuais sugestões. Recebemos 4.998. Portanto, com quase 5 mil sugestões ficou óbvio que não conseguiríamos em três meses atender isso.

A QUE O SENHOR ATRIBUI A AVALANCHE DE SUGESTÕES NO ÚLTIMO ANO?

As pessoas começaram a ler o que exatamente deveriam cumprir e aí deu desespero geral, porque não tinham se preparado para isso.

ESSE DESESPERO GERAL ESTAVA RELACIONADO A QUAIS PONTOS DA NORMA?

Desempenho termoacústico, mais acústico do que térmico, questões relacionadas a pisos, principalmente impactos e resistência ao escorregamento e ataques químicos, e vida útil. Como a NBR 15.575 é uma norma de seis partes, que são interligadas, quando mexe em uma parte, altera todas. Por exemplo, a acústica aparece em piso, em parede, na cobertura, em hidrossanitária. Então surgem as interfaces que precisam ser revistas, porque é necessário ajustar os parâmetros nas demais partes. Havia também um questionamento - e ainda existe, apesar de todas as explicações -, uma dificuldade de entendimento sobre o conceito de vida útil. As pessoas ainda confundem vida útil com prazo de garantia.

E QUAL O CONCEITO DE VIDA ÚTIL, DE ACORDO COM A NORMA?

O conceito da norma é o período de tempo teórico, em que um sistema atenderá às solicitações de uso dentro dos desempenhos projetados.

NO CASO DE UMA EDIFICAÇÃO DENTRO DO QUE A NORMA PREVÊ - CINCO PAVIMENTOS -, QUAL O PERÍODO DE VIDA ÚTIL?

Esta é uma grande mudança, porque a norma agora não será mais para cinco pavimentos. Será para qualquer número de pavimentos. É uma das mudanças bastante importantes. Na versão anterior a regra era: "Esta é uma norma para cinco pavimentos e as exceções estarão descritas". Agora é exatamente o contrário. A vida útil

é variável para cada um dos sistemas. Para estrutura, a vida útil mínima é de 40 anos; para sistemas como instalações elétricas e hidráulicas, 15. Há uma tabela com essas considerações.

EXISTIA DIFICULDADE DE ENTENDIMENTO SOBRE VIDA ÚTIL E GARANTIA?

Basicamente, existe um temor de que o Judiciário entenda que pelo fato de ser declarado que a estrutura, por exemplo, deve durar 40 anos, se ocorrer uma fissura em determinado momento, aos 39 anos, o prédio estará comprometido. Mas não é assim. Além das condições normais de uso, intempéries e a própria utilização do edifício, há também uma estatística. Por exemplo: se são 50 apartamentos e somente um deu problema, em determinado sistema, não significa que a vida útil do prédio como um todo esteja comprometida.

E OS SETORES ENVOLVIDOS ENTENDERAM O QUE É VIDA ÚTIL?

Entenderam e há uma concordância. O conceito foi descrito na última reunião plenária e o texto da norma é o resultado desse consenso

do atual grupo de trabalho. Isso é importante. As pessoas podem questionar: essa norma foi trabalhada de 2000 a 2008 e aparecem 5 mil novas sugestões. Como é que pode? Na realidade, antes as pessoas não se envolviam, apesar dos esforços dos coordenadores e relatores. Não havia interesse. Aparecia meia dúzia de pessoas nas reuniões, e como é uma participação voluntária, era essa meia dúzia que decidia.

QUAL O NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO AGORA?

A média é de mais de cem pessoas em cada reunião quinzenal, que ocorre durante todo o dia.

POR QUE AUMENTOU ASSIM O NÚMERO DE PARTICIPANTES?

As pessoas perceberam que a norma era inevitável, que vai vingar, ser aplicada e todos precisam se adaptar, pois quem não cumpre norma está desrespeitando a lei. Já que é inevitável, que a gente se prepare para isso. Essa é a visão do mercado.

O QUE MUDOU NA PARTE SOBRE ACÚSTICA?

O maior problema era o limite de ruído interno estabelecido, independentemente do ruído externo. Assim, tanto o imóvel instalado em uma região calma, como aquele ao lado de um aeroporto deveriam ter o mesmo conforto acústico interno. Obviamente, isso tem implicações complexas. O que se estabeleceu agora »

"Com quase 5 mil sugestões, ficou óbvio que não conseguiríamos atender ao prazo previsto"

foram parâmetros de nível de geração de ruídos externos. A maior dificuldade do empreendedor é medir o ruído externo, que muda constantemente. Agora foi estabelecido um nível para ele, como acontece no mundo inteiro, que será um parâmetro para o projeto. Portanto, se na região o nível de ruído aumentar após a construção do edifício, a responsabilidade não será mais dos envolvidos na obra.

SERÃO CRIADOS PARÂMETROS PARA CADA REGIÃO?

Isso, temos o parâmetro para áreas mais silenciosas - ruas de bairros, locais mais afastados -, para ruas muito barulhentas, com grande circulação de veículos, e os extraordinários, para áreas vizinhas a estádios, aeroportos, estações de trem etc. Para os dois primeiros há um parâmetro definido. Para o terceiro, é necessário medir. A grande discussão do pessoal era que em cidades como São Paulo há consultores de acústica, enquanto em outras regiões do país não.

E COMO SE RESOLVE A QUESTÃO NESSAS REGIÕES PARA O ATENDIMENTO À NORMA?

Primeiro será necessária a capacitação de pessoas. Por outro lado, podemos criar parâmetros básicos e quando houver uma exceção, como um estádio de futebol, aí será obrigatório o estudo de um especialista. Já existem trabalhos, como o da ProAcústica, para a formação de profissionais. Existem laboratórios que estão sendo capacitados.

COMO FICARAM AS ESQUADRIAS, QUE TAMBÉM CAUSAVAM PREOCUPAÇÃO?

Ninguém tinha dúvidas de que esquadrias de melhor qualidade não seriam o problema. A grande preocupação no mercado é que esquadrias utilizadas nos empreendimentos de baixa renda não atendam ao desempenho. Durante o processo ocorreram muitas discussões, mas o que se percebeu é que há um fator muito importante que ajuda a resolver o problema. A resultante de atenuação de um sistema, que inclui caixilho e parede, tem um impacto muito

significativo se o caixilho for grande. Mas se ele for pequeno pesará menos na conta. Em uma parede padrão de uma casa popular, com um caixilho de 1,20 x 1,20 metro, que é o que determina a proporcionalidade de área, se tiver um caixilho de 19 decibéis de atenuação, que é bem razoável, será possível atender à norma.

QUAL A PARTICIPAÇÃO DA ABAL E DA AFEAL NESSOS ESTUDOS?

Participaram ativamente, fizeram ensaios, deram um apoio enorme mostrando os resultados de várias linhas de caixilhos, desde as mais sofisticadas até as mais simples, tanto em aço como em alumínio e PVC. E há caixilhos para habitação popular que atendem à norma.

A COMISSÃO CONTOU TAMBÉM COM ACESSORIA JURÍDICA?

As reuniões tiveram participação intensa do

pessoal da área jurídica - peritos, advogados - justamente para ter esse enfoque, porque nós temos uma visão muito técnica e nos esquecemos de consequências comerciais e jurídicas. A participação multidisciplinar abre um pouco o leque. Fizemos várias palestras com juristas e técnicos de acústica, nas reuniões plenárias, e isso ajudou a esclarecer questões específicas, como as regiões bioclimáticas.

ALÉM DE ACÚSTICA E VIDA ÚTIL, QUAL A OUTRA ÁREA QUE SOFREU MUDANÇAS?

No caso de pisos foi analisada a resistência a ataques químicos e escorregamento. A informação é que, com os parâmetros colocados inicialmente, cerca de 90% das cerâmicas disponíveis no mercado não atenderiam. Esses parâmetros foram reavaliados e está ainda em estudo a discussão sobre os parâmetros que deverão ser adotados, compatíveis com o que se pratica no mercado.

QUAIS OS NOVOS PRAZOS PARA A EXIGIBILIDADE DA NORMA?

Existe uma confusão: muitos acham que a norma não está em vigência, mas a norma atual de 2008 está em vigência, e só não está sendo exigível. O que vai mudar é que »

“Em vez de ser uma ameaça, a norma é uma garantia para as pessoas que fazem de forma correta”

vamos estender um pouco mais o prazo de exigibilidade. Com isso teremos tempo de trocar o texto. A proposta que foi para consulta pública é uma extensão de seis meses em relação ao prazo original. Ou seja, vamos terminar o trabalho de publicação em setembro, em vez de março de 2012, para começar a exigibilidade. E depois serão mais seis meses de carência, o que dará março de 2013.

NA PRIMEIRA VEZ EM QUE OCORREU UM PEDIDO DE PRORROGAÇÃO, CIRCULAVA NO MERCADO A VERSÃO DE QUE EXISTIA UM LOBBY DAS GRANDES EMPRESAS PARA POSTERGAR. FOI ISSO MESMO?

De certa forma eu diria que sim, pois as empresas não estavam preparadas. Nós fomos a vários fabricantes e perguntamos: qual o seu desempenho para tal função? E eles diziam: não sei, nunca medi. Agora, falando não mais como coordenador, e sim como diretor da Tecnisa, a empresa vem se preparando para cumprir a norma desde 2008, mas sentimos dificuldades em alguns quesitos, como o de portas, que não atendia aos requisitos de desempenho, principalmente acústico, como no caso das portas que dão para o hall. Existiam tecnologia e portas sofisticadas, mas a custo elevado. Então elas atenderiam a empresas que trabalham nas faixas média e alta, mas não atenderiam aos projetos mais populares. Toda aquela mobilização - foram 17 mil votos, a maior votação da história da ABNT - claramente mostrou como a sociedade técnica ou o mercado da construção civil se sentia despreparado.

E AGORA ESSE MESMO GRUPO QUE APOIOU A EXTENSÃO DE PRAZO JÁ ESTÁ PREPARADO?

Esse grupo todo tem participado ativamente das reuniões e se preparado. Todos nós entendemos que é muito ruim porque parece mais uma barrigada para que a exigibilidade não entre em vigor. Ao contrário, ninguém quer isso. Transformamos as reuniões de meio período em período integral. Não estamos falando de empresas construtoras, e sim de grandes entidades, como o Sinduscon de vários estados, a CBIC, Abal, Afeal, Asbea.

É pouco provável que, terminada a revisão, alguém comece a levantar dúvidas novamente.

O QUE A NORMA REPRESENTARÁ PARA O MERCADO?

A norma de desempenho coloca de forma um pouco mais didática tudo aquilo que já se é obrigado a cumprir pelas normas existentes. Ela não quebra nenhum paradigma. Simplesmente estabelece um critério de avaliação diferente do que se faz até hoje, que era o prescritivo, trabalha com o sistema de receita. A norma diz o seguinte: tem que ter uma divisão que isole o calor, o som, seja impermeável. Em qual material será feito não há problema, desde que atenda aos requisitos de desempenho e vida útil. A vantagem

dessa solução é que se consegue aprovar projetos inovadores. E nós estamos precisando de novas proposições.

“A norma é de fácil compreensão e permitirá cobranças, diferente das normas técnicas, que o leigo nem sequer sabe onde consultar”

QUE TIPO DE PROJETOS INOVADORES?

Qualquer um. Sistemas

diferentes daqueles tradicionalmente praticados, porque eu não sou mais obrigado a fazer um descritivo. Por exemplo, numa casa de madeira o fabricante teria que fazer uma série de ensaios por conta própria. Com a norma de desempenho o fabricante vai ensaiar acústica, térmica e todos os quesitos e mostrar se está conforme ou não. A norma de desempenho foi criada por uma iniciativa da Caixa em 2000 tendo em vista a aprovação de projetos inovadores.

A RESPONSABILIDADE VAI FICAR MAIS CLARA?

A fase 1 da norma estabelece quais são as responsabilidades de cada um. Por exemplo: o arquiteto especificou um caixilho para ser usado em uma região muito seca, sem vento, e esse caixilho é instalado em Fortaleza. Com a chuva, entra água. A responsabilidade é do fabricante da esquadria? Óbvio que não, porque o produto foi especificado errado. Por outro lado, se ele especificou tudo certinho e recebe um caixilho sem gaxeta, é evidente que o projeto não foi cumprido. A norma estabelece de forma mais objetiva em que parte do processo houve a falha, e a responsabilidade é daquela parte. ■